## A redescoberta da África O Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros

Rediscovering Africa: the Working Group of Black Liberal and College Professionals El redescubrimiento de África: el Grupo de Trabajo de Profesionales Negros Liberales y Universitarios

#### Petrônio Domingues

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) pidomingues@vahoo.com.br

#### **RESUMO**

O artigo reconstitui aspectos da história do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN), que surgiu em São Paulo, em 1972, para realizar um projeto educativo de profissionalização do negro e de valorização da África, sua história e cultura. Liderado pela médica Iracema de Almeida, destacou-se como instituição em defesa dos direitos do negro durante o regime militar.

Palavras-chave: negro; raça; África; associativismo; cidadania.

#### **ABSTRACT**

This article reconstructs historical aspects of the Working Group of Black Liberal and College Professionals (GTPLUN), launched in São Paulo, in 1972, to develop an educational project focused on professionalizing black people and promoting African history and culture. Led by the physician Iracema de Almeida, stood out as institution advocating for the rights of black people during the military regime.

Keywords: Black people; race; Africa; associativism; citizenship.

## **RESUMEN**

El artículo reconstruye aspectos de la historia del Grupo de Trabajo de Profesionales Liberales y Universitarios Negros (GTPLUN), que surgió en São Paulo, en 1972, para llevar a cabo un proyecto educativo para profesionalizar a las personas negras y valorar África, su historia y cultura. Dirigida por la doctora Iracema de Almeida, se destacó como una institución en defensa de los derechos de los negros durante el régimen militar.

Palabras clave: negro; raza; África; asociativismo; ciudadanía.

Em 1964, um movimento civil-militar depôs o presidente do Brasil, João Goulart. O golpe de Estado foi executado sob o pretexto de livrar o país da corrupção e do comunismo. Mas o fato é que colocou um ponto final à experiência democrática (1945-1964) e inaugurou uma fase de sucessivos governos autoritários, que suspenderam garantias constitucionais e direitos individuais. Instituiu-se um regime de exceção, caracterizado pela repressão aos movimentos sociais. Frente a essa situação, desarticulou-se boa parte das ações coletivas no campo dos direitos e da cidadania dos afro-brasileiros (Hanchard, 2001, p. 132; Oliveira, 2003).

Durante os primeiros anos da ditadura, os militares aboliram os partidos do período da experiência democrática, instituíram a censura aos meios de comunicação, expurgaram as instituições políticas, as Forças Armadas, o movimento sindical, e perseguiram, detiveram e prenderam milhares de supostos "subversivos", muitos dos quais foram cruelmente torturados. Essas políticas de repressão oficial foram justificadas como parte do esforço do governo para restabelecer a ordem. Em 1968, foi decretado o Ato Institucional número 5 (AI-5), a partir do qual a ditadura intensificou o cerceamento das liberdades civis, as perseguições e prisões políticas. Se tal medida recrudesceu o regime militar, foi no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) que chegaram ao auge a Lei de Segurança Nacional e a repressão aos movimentos de resistência (Napolitano, 2014).

Do ponto de vista das políticas públicas, o período do domínio militar testemunhou uma onda sem precedentes de crescimento econômico, entre 1968 e 1974, o chamado milagre brasileiro, em que o produto nacional bruto cresceu em um índice anual de mais de 10% ao ano. Esse crescimento foi especialmente sentido no estado de São Paulo, onde tanto o emprego industrial quanto o de funções burocrático-administrativas cresceram aceleradamente, o que foi acompanhado pelas classes trabalhadoras e médias, que também elevaram seu padrão de vida. Mesmo depois que o aumento do preço do petróleo, em 1973, dobrou a inflação de um índice anual de 20% para 40%, o crescimento econômico continuou forte e as classes médias, das quais faziam parte muitos profissionais liberais, continuaram a desfrutar dos seus benefícios. Isso, porém, não ocorreu de maneira igualitária entre todos os brasileiros. Os negros, pelo menos aqueles trabalhadores de posições qualificadas, não tiraram proveito do milagre nem próximo do grau em que o fizeram seus compatriotas brancos. Enquanto os trabalhadores industriais, da construção civil, da prestação de serviços e da agricultura não sentiram tanto o peso da desigualdade, os profissionais liberais e funcionários de escritórios negros

experimentaram um abismo separando-os de seus consortes brancos. A profunda separação parecia se ampliar à medida que os negros, que buscavam se alocar no mercado de trabalho, melhoravam suas qualificações educacionais e técnicas (Reever, 1977).

Ao longo da década de 1970, os negros, em escala crescente, estavam se graduando no ensino médio e na universidade, em um patamar suficiente para pleitear uma maior mobilidade ascendente e admissão nas fileiras das ocupações que exigiam alguma escolarização. No entanto, ao buscarem emprego no mercado de trabalho, descobriam que continuavam se deparando com barreiras tão difíceis e excludentes quanto aquelas que seus pais e avós haviam enfrentado. As pessoas negras eram contratadas para os cargos de classe média em proporções muito mais baixas que aquelas das pessoas brancas, e, uma vez que estivessem nessas posições, recebiam muito menos. Em São Paulo, havia um constrangimento entre os indivíduos brancos de classe média em relação às possibilidades de avanço dos indivíduos negros criadas pelo aumento do emprego industrial e pela expansão das oportunidades da educação pública. No plano cotidiano, uma série de imagens e representações negativas acerca dos afro-brasileiros circulavam pela sociedade, naturalizando estereótipos racistas (Andrews, 1998, p. 243-281).1

Em contrapartida, um número crescente de aspirantes negros ao status de classe média tornou-se cada vez mais consciente das barreiras raciais que os impediam tanto de serem tratados condignamente, como de progredirem socialmente, recebendo sua parcela justa dos dividendos do rápido crescimento econômico da nação. Esse processo de tomada de posição foi acelerado quando o governo do general Ernesto Geisel, que sucedeu o de Emílio Médici em 1974, iniciou um período de distensão e abertura política, que conduziria a uma transição gradual de volta à democracia civil. Um novo ciclo de mobilização negra aos poucos ganhou força. Em um movimento que fez parte do processo mais amplo de abertura, uma nova geração de afro-brasileiros em ascensão começou a debater e discutir entre si os dilemas colocados por sua posição na comunidade nacional, que não vivia uma democracia política, nem uma democracia racial (Alberto, 2011).

Em São Paulo, as primeiras manifestações organizadas de descontentamento dos afro-brasileiros em relação ao quadro de desigualdades

<sup>1</sup> Em importante pesquisa sociológica, Carlos Hasenbalg coligiu uma série de notícias sobre "incidentes de discriminação racial e racismo", que foi veiculada pela imprensa brasileira entre os anos de 1968 e 1977 (Hasenbalg, 1979, p. 261-281).

raciais no período do regime militar vieram à tona na primeira metade da década de 1970, quando, na capital do estado, articularam-se o Grupo Decisão (1973), o jornal Árvore das Palavras (1974), o grupo negro da Liga Operária (1974), que mais tarde assumiu a seção Afro-Latino-América do jornal Versus; e o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (1975). Porém, a entidade de maior envergadura do período foi, sem dúvida, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan). Tratou-se de um grupo de militantes, intelectuais e artistas negros formado em 1971, no bairro do Bixiga, próximo ao centro da cidade. O Cecan foi uma das primeiras organizações afro-paulistas a priorizar a ideia da negritude – isto é, a importância da consciência étnico-racial -, afirmando a necessidade de que a revalorização do negro, com base na recuperação do domínio histórico e cultural, ocorresse cada vez mais sob a égide da identidade. Assim, o Cecan atuou pela criação de uma identidade étnico-racial, recuperando os "valores culturais do povo negro por meio da mobilização e, simultaneamente, do resgate da história e da cultura, incorporando, em ambos, os elementos de luta e resistência". Sua proposta de ação, no início, baseou-se no teatro como instrumento de conscientização da negritude e de denúncia contra o racismo. Posteriormente, o grupo ampliou seus mecanismos de ação e incorporou "atividades educacionais (cursos de inglês, madureza, alfabetização etc.) e eventos diversos" (Silva, 2012, p. 12-15).

Nas cidades do interior do estado, também entraram em cena o Grupo Evolução (1971), de Campinas; o Grupo Rebu – depois rebatizado de Centro de Cultura Afro-Brasileira Congada (1972), de São Carlos; o Centro de Estudos Culturais Afro-Brasileiros Zumbi (1974), de Santos; e o Centro Comunitário de Cultura Negra (1976), de Rio Claro (Cunha Júnior, 1992). Era uma época em que atividades culturais e políticas voltadas para a busca da identidade eclodiam em pontos diversos de São Paulo. Como é esperado num processo dessa natureza, as pessoas com interesses comuns acabavam por se encontrar.

## "Queremos ter direitos, não guerra"

Foi nesse contexto que, em outubro de 1972, Antonio Leite teve a ideia de liderar um processo de mobilização racial na metrópole paulistana, com vistas à criação de uma entidade que lutasse pelos direitos e pela cidadania da população negra. Vendo que sozinho pouco ou nada poderia fazer, procurou Carlos Augusto Rocha e José Carlos de Oliveira, com os quais trocou impressões a respeito da sua ideia. Eles se entusiasmaram, mas faltava uma pessoa com maiores conhecimento e experiência nas lides da questão

negra. Assim é que, no início de outubro de 1972, procuraram Iracema de Almeida, considerada uma "lutadora incansável" no trato desse debate.<sup>2</sup>



Figura 1 – Iracema de Almeida em sua residência. Fonte: Realidade. São Paulo, n. 42, set. 1969

Nascida na capital paulista, Iracema de Almeida era concertista, diplomada em piano pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, e médica de profissão. Em livro de memórias, José Correia Leite (uma legendária liderança afro-paulista) se lembrou de quando conheceu Iracema.

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Histórico.

Era o ano de 1947, no dia seguinte de um evento solene patrocinado pela Associação dos Negros Brasileiros, ele e outros membros dessa agremiação foram a um sarau musical na casa de uma família negra. "Depois eu vim saber que nós estávamos na casa dos pais da moça que se tornou depois conhecida, a dra. Iracema de Almeida. E eu me lembro que era uma casinha assobradada". Na época, "a jovem Iracema era estudante do primeiro ano de medicina, coisa muito importante naqueles tempos" (Leite, 1992, p. 149-151). Em 1951, ela se formou pela Escola Paulista de Medicina. Além de trabalhar no hospital na parte da manhã, mantinha seu próprio consultório na Vila Prudente, zona leste de São Paulo, onde atendia à tarde. Trabalhou ainda como médica do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Especializou-se em ginecologia, obstetrícia e cardiologia.

Em entrevista para o Jornegro, um periódico da imprensa negra de São Paulo, Iracema de Almeida relatou que sua família tinha uma origem humilde: sua avó paterna era lavadeira e a materna, cozinheira; seu avô, tintureiro. Seu pai teria sido "educado" por um prefeito de Santos, mas perdeu "tudo" na crise econômica de 1929-1930, situação que levou a família a enfrentar sérias dificuldades de subsistência: "tinha dia que não tínhamos o que comer", recorda Iracema.3 Apesar da escassez de recursos, ela conseguiu progredir nos estudos e concluir o bacharelado num curso superior de prestígio, o que lhe permitiu ascender socialmente, inserir-se na chamada "boa sociedade" e circular pela cidade com um carrão. Com isso, intensificaram-se os problemas relacionados à discriminação racial. Em entrevista para a revista Realidade, ela se queixou dessa situação: "Quantas vezes, numa loja, tive que chamar o gerente para ser atendida". Anos mais tarde, ela voltou a reclamar: "a minha vida não foi fácil, porque meu estado emocional foi pior do que se vivesse no meio negro pobre. No meio dos negros nós não teríamos, o dia todo, a agressão que senti e que vivia num meio que não me aceitava e que a toda hora me lembrava de que ali não era o meu lugar".4

Essa experiência ligada ao racismo, ainda que dolorosa, talvez tenha impulsionado Iracema de Almeida a se tornar uma "batalhadora incansável" em prol da causa negra. Por ocasião do convite de Antonio Leite, ela já tinha um casal de filhos e vinha desenvolvendo havia vários anos atividades no campo social e racial, promovendo palestras e dando orientação não só nos bairros de São Paulo, mas também pelo interior,

<sup>3</sup> Dra. Iracema. Jornegro, São Paulo, n. 10, 1980, p. 4.

<sup>4</sup> O sucesso não tem cor. Realidade, São Paulo, n. 42, set. 1969, p. 42.

procurando levar uma mensagem de autodeterminação e desenvolvimento da comunidade carente, sobretudo dos jovens negros. Em carta dirigida ao Jornegro, ela vaticinou: "O sofrimento sentido, o sofrimento que sentimos e o sofrimento que sentiremos não deve constituir um lamaçal do qual nunca sairemos, e sim estacas para uma nova construção". Foi nessa toada que Iracema de Almeida aceitou com entusiasmo o convite de Antonio Leite para fundar uma entidade dedicada à questão racial. Na verdade, ela se tornou a figura pública mais importante e conhecida da nova organização.

A partir dali, várias outras pessoas de "boa vontade" juntaram-se ao grupo inicial e, galvanizados pelo ímpeto de pugnar pelo desenvolvimento e integração dos negros na sociedade, lançaram as bases de um movimento de caráter cívico, cultural e beneficente. No dia 11 de outubro de 1972, às 16h, reuniram-se 26 pessoas negras (14 mulheres e 12 homens) à rua Cervantes, número 9, na Vila Prudente, cidade de São Paulo, a fim de fundar um grupo de trabalho beneficente tendo por "objetivo auxiliar e orientar pessoas carentes de recursos nas áreas social, educacional, profissional e cultural".6

Assumiu a presidência da mesa Iracema de Almeida, que discorreu sobre a finalidade do grupo e convidou Carlos Augusto Rocha para secretariar os trabalhos. Em ato contínuo, foi feita a leitura dos estatutos sociais, que traziam a seguinte formulação:

Capítulo I – Da denominação, sede e finalidades

Artigo 1º – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros – GTPLUN, assim será sua denominação, fundado em 11 de outubro de 1972, com sede e foro na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo

Artigo 2º – O GTPLUN é uma entidade sem finalidades lucrativas, com duração por tempo indeterminado, e composto por número ilimitado de sócios de ambos os sexos. Terá por objetivo colaborar com pessoas associadas ou não, atendendo-as dentro dos recursos do Grupo, nas áreas que se propõe desenvolver, sociobeneficente, educativa e cultural

Artigo  $3^{\circ}$  – É vedada ao Grupo toda e qualquer discriminação de cor, raça, crença religiosa ou nível social

<sup>5</sup> Cartas. Jornegro, São Paulo, n. 7, 1979, p. 19.

<sup>6</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Ata constituição do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros.

Artigo 4º - No campo sociobeneficente, terá por princípio:

- orientar órgãos de ação social a ele vinculados; e
- prestar orientação e auxílio a órgãos de ação social e beneficente autônomos, ou pessoas físicas, dentro de suas possibilidades, e cujos objetivos sejam comuns aos seus

Artigo 5º - No campo educacional e cultural, terá por princípio:

- orientar todo e qualquer instituto ou estabelecimento de caráter educacional ou cultural, a ele vinculado;
- orientar e/ou assessorar toda e qualquer entidade de caráter educacional ou cultural, com personalidade jurídica própria;
- promover palestras, conferências e congressos de cunho cultural e educativo: e
- · promover a prática de esportes

## Capítulo II - Dos poderes diretivos

Artigo 6º - Os poderes diretivos do GTPLUN compõem-se dos seguintes órgãos:

I - Assembleia geral

II - Conselho deliberativo

III - Diretoria

IV - Conselho fiscal

Parágrafo único: Os membros do GTPLUN, quando no desempenho de suas funções administrativas, não perceberão qualquer remuneração.<sup>7</sup>

Lidos os estatutos e dirimidas todas as dúvidas dos presentes, foi o documento unanimemente aprovado em assembleia geral, entrando em vigor na data de sua aprovação legal. Um clima de alento e otimismo tomou conta do grupo. Essa forma de pensar o momento talvez se explicasse pelas dificuldades de mobilização racial enfrentadas pela geração do golpe de 1964, que foi interditada das práticas e reflexões no exercício da cidadania, típicas de regimes democráticos (Pereira, 1982b, p. 54-55). Para alguns dos presentes na fundação do GTPLUN, aquela mobilização racial acenava algo novo, que substituía o marasmo no tocante à ação coletiva. Fato é que uma nova geração negra despontava para a vida pública, disposta a participar de reuniões com seus pares e discutir a questão racial, um tema tratado na surdina ou mesmo silenciado durante o regime de exceção.

<sup>7</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Histórico.

As elites brasileiras defendiam veementemente a imagem do Brasil como uma democracia racial. Quem ousasse se contrapor a essa imagem, era tachado de "antibrasileiro" ou de prática do "racismo às avessas". Era comum essas acusações partirem de políticos, luminares culturais e arautos dos meios de comunicação. O argumento comum era de que os únicos problemas raciais no Brasil se originavam da agitação daqueles que afirmavam que eles existiam. Havia outro fator que contribuía para a ausência de discussão sobre o assunto: a repressão oficial. Após o golpe de 1964 e, especialmente, o AI-5, em 1968, os sucessivos governos militares exerceram severo controle sobre os meios de comunicação e as manifestações públicas. Justificavam a repressão como necessária para enfrentar a ameaça da "subversão". De fato, no final da década de 1960, grupos de resistência à ditadura escolheram o caminho da guerrilha. Contudo, os militares rotulavam como "subversivos" não apenas os militantes políticos partidários da luta armada, mas também os intelectuais que questionavam a "democracia racial" no Brasil, como Florestan Fernandes e Otavio Ianni, os militantes dos movimentos negros e até mesmo os adeptos dos bailes soul. O governo autoritário frequentemente intervinha para suprimir notícias que refutassem a imagem oficial de harmonia racial. Sob o regime de censura, a televisão, o rádio, os jornais e as revistas eram fortemente cerceados, particularmente quando abordavam assuntos referentes às relações raciais (Skidmore, 1994, p. 137-138; Kossling, 2011; Lima, 2018).

Talvez seja por isso que o GTPLUN não fazia menção explícita à questão racial nos seus estatutos. De maneira intercambiável, o grupo lançava mão do que James Scott denominou de "discurso público" e "discurso oculto". Quando inseridos num ambiente fortemente adverso, como o do regime político ditatorial, os subordinados procuram impor certas formas de conduta e resistência nas relações com os grupos dominantes, baseadas na "infrapolítica", nas "simulações" e num sem-número de mecanismos defensivos "pragmáticos e discretos". Pode-se argumentar que não se trata de uma resistência real, tal como a oposição política velada não é uma dissidência ideológica real. Esse argumento é plausível num determinado plano, pois o que as experiências históricas indicam, afirma Scott, é que essas são as "formas que a luta política assume quando as realidades da dominação inviabilizam qualquer tipo de confronto direto" (Scott, 2013, p. 263-264). Ao não inscrever a questão racial nos seus estatutos, o GTPLUN, estrategicamente, evitava se indispor com os governos militares, para os quais qualquer movimento de conscientização negra era visto como uma ameaça divisionista e impatriótica. As forças do bloco do poder entendiam que as atividades de cunho racial colocavam em risco a segurança

nacional, na medida em que poderiam gerar tensões e antagonismos no seio da nação e provocar, no limite, a desintegração da sociedade brasileira (Santos, 2007, p. 31).

A nominata da diretoria do GTPLUN ficou assim constituída: presidente: Iracema de Almeida, nascida na cidade de São Paulo, em 1921, médica, desquitada, residente à rua Cervantes, número 9, Vila Prudente; vice-presidente: Carlos Augusto Rocha, nascido na cidade de Colina (SP), em 1942, engenheiro, solteiro, residente à rua João Fraissat, número 161, Vila Romana; primeiro secretário: Maurício Santos Willianson, nascido em São Paulo, em 1947, engenheiro, casado, residente à rua Domingos Afonso, número 22, Vila Prudente; segundo secretário: Antonio Roberto Carvalho da Cruz, nascido em São Paulo, em 1950, estudante de economia, solteiro; primeiro tesoureiro: Cleusa Guimarães, nascida em São Paulo, em 1947, técnica em contabilidade, solteira, residente à rua Alsônia, número 510, Tucuruvi; segundo tesoureiro: José Carlos de Oliveira, técnico em contabilidade e estudante de administração de empresas, solteiro, residente à avenida Casa Verde, número 784, São Paulo; diretor do Departamento de Planejamento: Joel Lopes, nascido na cidade de Guará (SP), em 1949, estudante de engenharia, solteiro, residente à rua Maranhão, número 598; diretor do Departamento de Educação e Cultura: Nair Zerbini, nascida em São Paulo, em 1939, administradora hospitalar, solteira, residente à rua Santa Cruz, número 1.191, Conjunto dos Bancários; diretor do Departamento Social: Antonio Leite, nascido em Muzambinho (MG), em 1935, funcionário público estadual (fiscal de obras), casado, residente à rua Anita, número 275, Vila Nova Cachoeirinha; diretor do Departamento de Esporte: Jair Euzébio, nascido em São Paulo, em 1943, escriturário, casado, residente à rua Ipamirim, número 594, Vila Penteado.8

Chama a atenção o perfil dos membros da diretoria do GTPLUN: em sua maioria, eram pessoas jovens, na faixa etária de 20 a 30 anos; estudantes universitários ou diplomados com curso superior, que desempenhavam sobretudo carreiras como profissionais liberais e funcionários de escritórios. Conforme o próprio nome já designava, o Grupo de Profissionais Liberais e Universitários Negros era formado por pessoas que se destacavam individualmente no processo de mobilidade social, tendo como canal de alevantamento a educação formal. O grupo era relativamente

<sup>8</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Diretoria do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros - GTPLUN.

pequeno, e seus componentes se viam como fazendo parte de uma vanguarda ou "elite negra". Identificavam-se, assim, como indivíduos diferenciados, do ponto de vista do capital econômico e cultural, em relação ao conjunto da população negra. O colegiado diretivo contava com uma representação de mulheres desde a presidência da instituição, até a tesouraria e o departamento de Educação e Cultura.

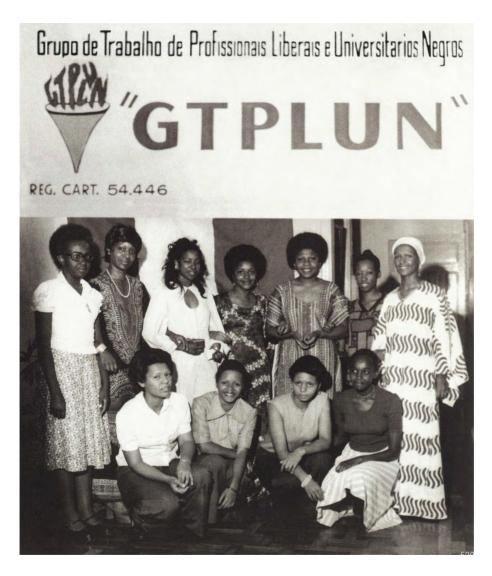


Figura 2 – Integrantes do GTPLUN. Fonte: Coleção particular de Gabriella e Raphaella Reis

O GTPLUN instalou sua sede na Vila Prudente – em seu registro civil, constava que a sede ficava na rua José dos Reis, 614 – e possuía uma razoável infraestrutura. Declarava em documento que, apesar de "formado, na

sua maioria, de descendentes da raça negra e mestiços", estava "aberto a todos" que quisessem "se juntar às suas lides". Seu programa de ação tinha como meta central a preparação técnica e profissional da população negra, com vista a possibilitar sua inserção no mercado de trabalho e, por conseguinte, garantir seu bem-estar social.

Desde o início do processo de articulação, o grupo se apresentou como uma "entidade de caráter sociobeneficente e cultural", que tinha o propósito de assegurar a integração social e racial. Sua atuação, tal como aparece em relatório das atividades da entidade, destacava-se na "periferia" de São Paulo, onde "milhares de famílias, quase sempre numerosas e, não raro, mal constituídas, cujo pai ganha pouco mais do que um salário mínimo, se tanto, e não está inscrito no INPS. Muitos, via de regra, nem possuem uma profissão definida". A mãe, por sua vez, "procura auxiliar no orçamento da família, ou trabalhando de empregada doméstica, ou lavando roupa para fora. Os filhos, já na primeira infância, são os mais prejudicados, pois ainda nessa fase já não contam com os cuidados maternos". A consequência, apontava o relatório, é que muitas daquelas crianças, por "falta de orientação, em vez de estarem brincando, estão vendendo bugigangas no centro da cidade ou, o que é pior, iniciando-se na mendicância, primeiro passo para a vadiagem e para o crime". Quando chega a fase da adolescência, a maioria já está "trabalhando para aumentar a renda doméstica, sem ter, via de regra, terminado o curso primário, para não dizer de um curso de profissionalização que viria a adequar melhor o indivíduo para um aumento de sua renda e para o desenvolvimento do país".10

Portanto, a partir desse quadro de mazelas sociorraciais e desigual-dades de oportunidades e recursos, o grupo formulou seus objetivos e definiu seu programa de ação, baseado num trabalho educativo de profissionalização do negro. Em 1973, a entidade informava que trabalhava em parceria com a "Assessoria da Secretaria do Bem-Estar Social" da Prefeitura Municipal de São Paulo, colaborando na promoção de cursos de "formação rápida de mão de obra". Segundo Iracema de Almeida, o GTPLUN formou "mais de 1.500 pessoas" por meio de "cursos de auxiliar de enfermagem, datilografia etc.". Em entrevista ao Jornegro, ela salientou que "um ponto importante" para todos do grupo era o "mercado de

<sup>9</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Objetivos.

<sup>10</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Histórico.

trabalho"; era a "profissionalização, a melhoria de nível econômico do negro". No que se referia à melhoria nas condições de vida do negro, Iracema reiterava:

Isso só se pode conseguir pela profissionalização, isso deveria ser o ponto comum a todas entidades negras, se não puder, pelo menos exacerbar na sua igreja, no centro de candomblé, em qualquer lugar uma escola profissional, uma sala, uma classe profissional, aí dar condições de conseguir a melhoria do negro, começando do chão, porque de longe não vai adiantar nada, então nós temos que puxar a camada de baixo.<sup>11</sup>

Para o GTPLUN, a escolarização, especialmente a instrução formal, constituía o grande mecanismo de superação das condições de vida desfavoráveis dos afro-brasileiros. Não é de se estranhar, assim, que a entidade tenha organizado um banco de livros<sup>12</sup> e Iracema de Almeida costumasse propalar: "o estudo e a elevação cultural afastam qualquer preconceito". Essa ideologia, que animava o projeto de vida de boa parte da população negra, não se distinguia da adotada pela população branca e, nesse sentido, ambos os segmentos estavam envolvidos pela retórica de que a instrução formal constituía a solução mágica para todos os males nacionais. Essa mística - um componente expressivo da tradição cultural brasileira - permeava não apenas o universo das pessoas comuns, mas envolvia até mesmo os setores intelectualizados da população. Entre os negros, essa ideia foi instrumentalizada por uma esperança e uma convicção: a esperança de que, na esfera educacional, pudessem equiparar-se às pessoas brancas e a convicção de que outros caminhos eram, para eles, difíceis de serem palmilhados (Pinto, 2013, p. 212-231).

Os parâmetros ideológicos do GTPLUN eram francamente integracionistas e nacionalistas, procurando a valorização do negro como brasileiro sem, contudo, deixar de positivar uma história africana. Como argumenta Borges Pereira, a ideologia da integração assume tons cambiantes no ideário e na axiologia da população afro-brasileira. Sua existência se explica como componente de uma política racial que busca, ao mesmo tempo, preservar no negro uma identidade afro-diaspórica sem, no entanto, descaracterizá-lo como integrante de uma realidade histórica, social e econômica que ele ajudou a construir. Todo o seu empenho é no

<sup>11</sup> Dra. Iracema. Jornegro, São Paulo, n. 10, 1980, p. 5-6.

<sup>12</sup> GTPLUN. O Saci. São Paulo, n. 17, 1976, p. 3.

sentido de frear tendências e forças que tentam alijá-lo desse processo histórico e dessa comunidade nacional. Isso o leva a uma postura que tem como pedra de toque a valorização do grupo em todos os planos da vida brasileira que, por sua vez, coloca em cena a interrogação constante sobre o que é ser negro no Brasil. De acordo com Borges Pereira, o negro quer saber: qual a sua identidade e onde encontrá-la? No caso do GTPLUN, a resposta foi encontrada no plano de uma cultura nacional, porém identificada à África (Pereira, 1982a, p. 1293).

O grupo também investiu na construção de uma identidade étnica, pela via da valorização do continente africano. A esse respeito, assim se expressavam suas lideranças: "Para o GTPLUN a identidade do negro é cultural e está na legítima cultura africana. É esta ideia que deve ser levada aos jovens que insistem em ter a sua própria cultura não necessariamente africana. Eles precisam ser reeducados, pois o início dessa cultura do negro brasileiro e a sua sustentação, onde estão? Na África, só podem estar na África!" (apud Pereira, 1982a, p. 1.288).

Essa outra arena de atuação do GTPLUN se caracterizava pela formação de seu público-alvo, no que diz respeito à história e cultura africanas. Antes mesmo da formação do grupo, Iracema de Almeida já realizava palestras sobre essa temática para entidades e grupos de jovens negros. Ela gostava de ressaltar que a África foi o berço da civilização e que a palavra escravo não tinha qualquer vínculo exclusivo com a raça negra: "De que cor eram os escravos do Império Romano? E os escravos gregos? Não eram todos brancos?". Iracema, que montou uma ampla biblioteca especializada em assuntos africanos, levou sua concepção de história para dentro do grupo. Ao que parece, surtiu efeito, pois os porta-vozes do grupo argumentavam: "sabemos que precisamos nos preocupar com os estudantes universitários negros, para a sua real conscientização da raça". Tendo isso no horizonte, "ministramos palestras de alto nível sobre a sua origem, que é a África, com os seus respetivos representantes, os embaixadores daquele continente no Brasil". 14

Essa preocupação, afirmava o documento da entidade, "decorre do fato de que uma perfeita integração social do indivíduo pertencente às raças minoritárias será possível à medida que esse indivíduo conheça suas origens". Posto que, "a partir do redescobrimento do acervo

O sucesso não tem cor. Realidade. São Paulo, n. 42, set. 1969, p. 42.

<sup>14</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Objetivos.

cultural de origem e da adequação profissional, terá esse indivíduo condições de eliminar o descompasso social em que se encontra, integrando-se assim no concerto dos povos que se fazem presentes na construção do Brasil".

# "LEMBRETES"

Não Perca á grande festa de encerramento das atividades da G. T. P. L. U. N. no Ano de 1973.

Compareça e ganhe muitos brindes alem de assistir a um grande Show de artistas de São Paulo e Rio de Janeiro tambem, terá a presenças de diretores de Saciedades Amigos de Bairros e Vilas Tendas de Umbanda e Clubs Cultural e Esportivos e varias apresentações do G. T. P. L. U. N. e Secretaria de Bem Estar Social projetos FORMO E NUCOP no auditorio da Biblioteca da Lapa rua Catão, 611 Sabado dia 1.0 de dezembro de 1973 as 19:30 horas. esperamos contar com sua presenças e pedimos que convide todos, que é gratés: não gasta nada; e auditorio grande há lugar para todos.

Figura 3 – Prospecto do GTPLUN. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), Deops, prontuário 34.378

O GTPLUN desenvolvia vários tipos de atividades, mirando atingir seu escopo. As denominadas "atividades assistenciais" abrangiam tanto as "visitas de conscientização" (a "clubes de bailes, paróquias, centros espíritas etc.", onde se procurava "transmitir informações sobre profissionalização, saúde pública e encaminhar os interessados aos respectivos órgãos governamentais") quanto as "visitas de participação" (a "famílias" e "sociedades que enviavam convites para comemorações", onde, de acordo com a oportunidade, buscava-se fomentar o interesse dos participantes no sentido do "desenvolvimento e da integração". O grupo também investia nas denominadas "atividades sociais", que abarcavam quer palestras de cunho "eminentemente informativo e cultural de aspectos sobre as origens dos negros e suas perspectivas socioeconômicas", quer as realizações sociais: "programas de congraçamento de famílias e universitários", assim como "contatos culturais", com pessoas e instituições, visando colher "informações consentâneas com a integração social, cultural e econômica não só do negro brasileiro, como também de todos aqueles carentes de orientação".15

No "balanço geral das atividades" até agosto de 1973, o GTPLUN contabilizava cinco visitas de conscientização, cinco visitas de participação, seis palestras, três realizações sociais e 27 "contatos culturais permanentes". Das palestras, vale mencionar as ministradas por Joseph Garba, adido-cultural da Nigéria; por Assany Diouf, embaixador do Senegal no Brasil; e por Iracema de Almeida, tanto na Faculdade de Serviço Social Paulista, sobre "a influência do negro na cultura brasileira", quanto no Club Ginástico de Jaú, sobre "conscientização negra", e na Biblioteca da Lapa, sobre a "África pré-colonial". 16

Borges Pereira assevera que o GTPLUN promovia a exaltação da África como respaldo cultural para a construção de um "novo negro". Assim, o grupo reivindicava para si haver inaugurado, sob muitas críticas, o que se tornou comum aos movimentos e associações negras de São Paulo: a aproximação com as embaixadas africanas. Essa proximidade fazia parte de um plano de ação que incluía cursos e palestras sobre a África – no tocante aos aspectos geográficos, históricos, étnicos e religiosos –, especialmente sobre a África pré-colonial. Ainda que, com certos apoios históricos, tais recursos didáticos procuravam construir imagens e representações

<sup>15</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Atividades.

<sup>16</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Balanço geral das atividades. Outubro/1972-agosto/1973.

idealizadas de uma África imperial, cujo esplendor majestático e nível organizatório – segundo a opinião de um membro do grupo – "deixaram a Coroa britânica boquiaberta" (Pereira, 1982a, p. 1288).<sup>17</sup>

No que concerne aos "contatos culturais permanentes", o GTPLUN estabeleceu laços de amizade e intercâmbio com Tumba Tunkadid, adido dos negócios do Zaire; Ogun Deley, embaixador da Nigéria no Brasil; o escritório da Unesco, a agência de Educação, Ciência e Cultura da Organização das Nações Unidas; o Consulado dos Estados Unidos em São Paulo; dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da capital paulista; Floro Pereira Filho, vereador; Ademar de Barros Filho, deputado federal; Black Panters do J. V. Previdência; John Franklin Hoppe, historiador e conferencista afro-americano; Roger Bastide, antropólogo e professor francês, entre outras agências e personalidades dos meios político, cultural, religioso e diplomático.

Em relatório, a agremiação fazia um balanço positivo de seus esforços no campo dos direitos e da cidadania: "a validade das premissas do GTPLUN tem sido sobejamente reconhecida através do apoio e do incentivo que as pessoas, particulares, políticos e a área governamental nos têm dado". Embora "sem qualquer ajuda inicial externa, o grupo já tem visto algum fruto de seu trabalho. Vários elementos têm sido encaminhados aos órgãos governamentais, quer para regularização de documentos, quer para participarem de cursos de formação rápida de mão de obra". O grupo previa, através de uma "ação mais eficaz, a médio e longo prazo, sacudir a consciência das pessoas para participarem mais efetivamente e de forma mais integrada, pois acredita que as oportunidades de progresso são razão direta do esforço e adequação profissional e social de cada um". Como desfecho do relatório, uma declaração pública de apoio ao governo dos anos de chumbo:

O GTPLUN pretende ser um instrumento de penetração do desenvolvimento e integração social na massa menos favorecida, levando as benesses oferecidas pelo governo. Nesse sentido, o GTPLUN pretende dizer presente à conclamação do nosso presidente Emílio Garrastazu Médici na luta contra o desenvolvimento que talhe os passos do Brasil na direção do progresso e da paz social.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Ver ainda Ivair Augusto dos Santos (2007, p. 41) e Regina Pahim Pinto (2013, p. 375).

<sup>18</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Perspectivas.

O grupo proclamava não ter uma natureza política, no sentido de não ter vínculo com militância político-partidária, ou fazer reivindicações ameaçadoras à ordem institucional vigente (Pereira, 1982a, p. 1.287). Tratava-se de mais uma estratégia de mascaramento. Conforme aponta Scott, enquanto reduzirmos a nossa concepção do político às atividades abertas e declaradas, seremos levados a concluir que os grupos subordinados carecem, no essencial, de uma vida política ou então que a sua vida política se restringe a momentos excepcionais de explosão popular. Um imenso terreno político intermedeia o consentimento e a revolta e, para o bem ou para o mal, "constitui o ambiente político normal das classes subordinadas. Seria determo-nos na linha de costa visível da política e não ver o continente que se estende além do horizonte imediato" (Scott, 2013, p. 273).

Apesar de o GTPLUN se arvorar apolítico, o que se viu, na prática, foi o seu alinhamento com os governos do regime militar. Em relatórios, não era raro o grupo reconhecer as "facilidades que o governo" estaria "proporcionando no sentido do desenvolvimento e da integração social". Na avaliação das lideranças do GTPLUN, "a classe menos favorecida", composta em "sua maioria pela raça negra", distancia-se cada vez mais da "classe média, ocasionando um terrível abismo entre elas". O governo brasileiro, sabendo que essa distância entre as classes poderia obstruir os passos do "grande gigante", esmerou-se em projetos de assistência social. "E nosso objetivo" – dizia a direção do grupo em relatório – "é colaborar efetivamente neste empreendimento, na forma de conscientização das pessoas da periferia da cidade, com palestras e informações sobre o INPS, saúde pública e informações de utilidade pública". Achamos que, com esse processo, "as pessoas conscientizadas poderão transpor este abismo e galgar os degraus para futuras conquistas, em termos de integração social". 19

Em 11 de outubro de 1976, o GTPLUN realizou, na Câmara de Vereadores de São Paulo, uma sessão solene para comemorar o "dia da promoção humana". Fizeram-se presentes representantes das embaixadas de países africanos (Gana, Quênia e Zaire) e até da Índia. O ponto alto da cerimônia foi o discurso de Iracema de Almeida. Evocando, a princípio, a presença espiritual dos ancestrais africanos, ela preconizou a "participação e integração do afro-brasileiro" no corpo da nação. A partir daí, valeu-se de uma retórica ufanista e patriótica, em sintonia com a ideologia do regime militar:

<sup>19</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Objetivos.

Nós somos e dizemos com muito orgulho e responsabilidade: nós somos brasileiros vivos. Não queremos mais, queremos o igual. GTPLUN está vigilante, fará soar os atabaques de norte a sul, de leste a oeste, clamando pela integração e participação do afro-brasileiro. GTPLUN é um vigilante da segurança nacional. Um povo só é realmente um povo quando constitui um todo harmônico, coerente e puro. GTPLUN "cochila, mas não dorme" – a integridade do grande gigante é uma de suas metas. A segurança nacional é o seu eterno objetivo.<sup>20</sup>

A doutrina da segurança nacional serviu como base ideológica do regime militar implantado em 1964, tendo sido recrudescida nos anos de chumbo. Vinculando segurança externa à segurança interna, os formuladores da doutrina da segurança nacional postulavam que o inimigo interno estava infiltrado em toda a sociedade brasileira, agindo organizadamente para tomar o poder. Tal inimigo seria todo aquele que não se pronunciasse a favor do regime, pois, seduzido por ideologias estranhas e apoiado por forças externas (comunismo internacional), constituiria um mal que devia ser extirpado, à medida que colocava em perigo a segurança do país e, por consequência, o seu desenvolvimento político, econômico e social.

Articulada aqui pela Escola Superior de Guerra (ESG), a doutrina da segurança nacional aspirava tornar o Brasil uma potência mundial e colocar as Forças Armadas como defensoras da civilização cristã ocidental contra o comunismo. Como aponta Nilson Borges, a ESG inscreveu a doutrina da segurança nacional na vida política brasileira, por meio de sua criação e propaganda, com os diversos cursos que ali eram realizados. Tendo por base a sede da ESG, no Rio de Janeiro, esses cursos difundiram-se por todo o país e cada estado-membro se encarregava de implementar as filiais. Com o objetivo de estudar os problemas brasileiros, as aulas preconizavam que o binômio desenvolvimento e segurança era a única resposta para a solução dos problemas do país. Os cursos da ESG, que a princípio eram dirigidos somente a militares, abrangeram também segmentos civis, notadamente profissionais liberais, empresários, magistrados, sindicalistas, professores universitários e dirigentes de órgãos públicos (Borges, 2003, p. 36).

<sup>20</sup> ALMEIDA, Iracema de. Discurso. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 19/10/1976, p. 76 apud Rafael Trapp (2018, p. 83).

Iracema de Almeida fez o curso da ESG em 1969.21 Não é de se estranhar. Se adotarmos uma perspectiva historicamente abrangente, como postula Scott, vemos que a possibilidade de os subordinados exercerem uma oposição política aberta ao regime de dominação é "algo raro e muito recente" (Scott, 2013, p. 272). Iracema era uma "personalidade considerada controvertida" no meio negro. Na entrevista ao Jornegro, ela chegou a realçar: "Há interesses de que haja uma efervescência racial no Brasil", porém o que não se percebe é que "aqui existe preconceito, mas não o racismo, primeiro; segundo, nós queremos ter direitos, não guerra". 22 Naquele contexto, Iracema era filiada à Aliança Renovadora Nacional (Arena), a legenda governista, que, instituída em 1965, sustentou o regime militar, porém sofreu resistência do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a legenda oficialmente de oposição ao regime. Iracema inclusive lançou-se candidata à vereança de São Paulo pela Arena nas eleições de 1968, mas sua candidatura foi impugnada pelo MDB, o que não permitiu que ela passasse pelo teste das urnas (Trapp, 2018, p. 84).

Seja como for, seu alinhamento à ditadura era inconteste, postura que muito provavelmente levou o GTPLUN a subordinar-se aos serviços de informação e aparelhos repressivos implantados a partir do golpe de 1964. Para atestar seu caráter de organização ordeira, insuspeita e aliada ao regime, o grupo costumava pedir autorização para as agências de combate às "subversões" políticas quando realizava suas atividades públicas. Em 1º de outubro de 1973, por exemplo, Iracema de Almeida, na condição de presidenta, protocolou um ofício na sede do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), remetido ao "ilustríssimo senhor doutor" Lúcio Vieira, diretor do órgão:

O Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros – GTPLUN, é uma entidade de caráter sociobeneficente e cultural. [...] Tem feito seu trabalho promovendo palestras em sedes de clubes, paróquias, centros espíritas etc., concitando as pessoas profissionalmente desqualificadas a regularizarem suas vidas através do estudo e uso adequado dos recursos oferecidos pelos órgãos governamentais, tais como os projetos Formo e Nucop, da Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, Sesi e INPS. Desta e outra parte promove conferências de cunho cultural, procurando difundir

O sucesso não tem cor. Realidade. São Paulo, n. 42, set. 1969, p. 42.

<sup>22</sup> Dra. Iracema. Jornegro. São Paulo, n. 10, 1980, p. 6.

os valores socioculturais afro-brasileiros, mantendo, para tanto, contatos permanentes com entidades e personalidades ligadas ao assunto, tais como as embaixadas africanas no Brasil. Assim é que, no mês de sua fundação, o GTPLUN, pretendendo fazer da efeméride uma continuidade de seus propósitos, programou um jantar e uma festividade em praça pública, para homenagear o senhor prefeito da capital, prof. Miguel Colasuonno, autoridades convidadas, bem como senhores embaixadores dos seguintes países: Gana, Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Haiti. Eis a programação, para a qual vimos solicitar autorização, bem como os cuidados profissionais desse prestigioso departamento.<sup>23</sup>

Em 22 de novembro de 1973, Iracema de Almeida voltou a protocolar um ofício na sede do Dops, remetido, dessa vez, ao "ilustríssimo senhor doutor" Tácito Pinheiro Machado, então diretor do departamento: o GTPLUN "pretende, ao finalizar sua programação de encontros de 1973, levar a efeito mais um encontro". O ofício era, pois, para solicitar autorização de Tácito Machado, bem como os cuidados profissionais do Dops, para promover uma programação que previa um "encontro entre sociedades de amigos de bairros e vilas, associações recreativas e clubes, com técnicos da Secretaria do Bem-Estar Social e do GTPLUN", no dia 1º de dezembro de 1973. O assunto em pauta seria: "explanação sobre os projetos Formo e Nucop às associações, visando fazer com que façam de suas sedes, salas de aulas orientadas por técnicos da Sebes, para formação de cursos de mão de obra rápida". Horário: 20h. Local: Auditório da Biblioteca Municipal da Lapa. Rua Catão, número 611, bairro da Lapa. Para encerrar o ofício, Iracema de Almeida subscrevia: "Aguardando um despacho favorável, usamos do ensejo para reiterar a Vossa Senhoria nossos protestos de elevada estima e distinta consideração".24

Apesar desse esforço para ser visto como insuspeito pelos governos da ditatura e, especialmente, pelas agências de repressão política, o GTPLUN ficou na mira do Dops, foi monitorado<sup>25</sup> e até sofreu um sério revés em 1977.<sup>26</sup> Segundo Amilcar Pereira, o grupo iria receber, naquele

<sup>23</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Ofício n. 14/1973.

<sup>24</sup> Apesp, Deops, prontuário 34.378, Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros. Ofício n. 24/1973.

<sup>25</sup> Apesp, Deops, dossiê 20-C-44-11.938, Observação junto ao ciclo de debates sobre a marginalização social do negro e a violência policial. São Paulo, 7 ago. 1980.

<sup>26</sup> Sobre a vigilância e perseguição que o movimento negro paulista sofreu dos órgãos de repressão política, notadamente do Dops, ver Karin Kossling (2007).

ano, uma verba de 40 mil dólares da Inter-American Foudation (IAF) – uma agência de fomento mantida com fundos originários do governo norte-americano, mas operada de modo independente por outros organismos de cooperação –, para a aquisição de uma sede permanente. Seria uma espécie de premiação por todo o trabalho realizado no combate à discriminação racial. Ao que parece, foi Iracema de Almeida, com sua experiência em redes de contatos e interlocuções com organismos internacionais, que intermediou a doação. Porém, o governo do presidente-general Ernesto Geisel rechaçou tal tratativa, já que a IAF declarava abertamente a existência de um problema racial no Brasil, algo que era negado tenazmente pelos militares. Esse episódio teria sido um dos fatores determinantes para a suspensão das atividades da IAF no maior país da América Latina (Pereira, 2013, p. 204-205). Na verdade, afirma Skidmore, a fundação norte-americana foi banida sem cerimônias do Brasil pelo governo ditatorial (Skidmore, 1994, p. 138).

O auge do GTPLUN ocorreu no interregno de 1973 a 1978, quando ofertou vários cursos profissionalizantes. A partir dali, o grupo mudou de sede; esta, na concepção de Iracema, era "pequena demais", o que não permitia a continuidade dos cursos. Em escala crescente, o grupo enfrentou dificuldades em mobilizar recursos financeiros e humanos para empreender seus projetos e ações.

Por outro lado, a crise do "milagre brasileiro", o início da abertura política, a pressão da sociedade civil para fazer da anistia um processo "amplo, geral e irrestrito", a ascensão dos movimentos sociais (sindical, feminista, gay, estudantil) na luta pela redemocratização, os protestos, as mobilizações e as expectativas populares na agenda da transição, a emergência do black soul, o processo de "reafricanização", as denúncias públicas do "mito da democracia racial", a campanha das Diretas Já, o ocaso da ditatura militar e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte estremeceram a conjuntura nacional (Mitchell, 1985; Kennedy, 1986; Andrews, 1995; Rios, 2014). Possivelmente, esse mosaico de acontecimentos reverberou na trajetória do grupo, o que novas investigações poderão confirmar. Seja como for, ele gradativamente perdeu dinamismo e eficácia, ainda que tenha se mantido em atividade, ao menos até a década de 1980.

<sup>27</sup> Dra. Iracema. Jornegro. São Paulo, n. 10, 1980, p. 5.



Figura 4 – Adalberto Camargo, Teodosina Ribeiro, Grande Otelo, Iracema de Almeida, Eduardo de Oliveira e Adhemar Ferreira da Silva. Fonte: Oliveira, 1988, p. 252

## Considerações finais

Para as instituições formadas durante a ditatura militar, a repressão era um fantasma que assombrava. O receio de prisões, inquéritos e enquadramento na Lei de Segurança Nacional levou os brasileiros, empenhados na defesa dos direitos humanos, a buscarem novas estratégias de ação. A reconquista do espaço público foi um processo desencadeado pelos movimentos sociais. Os ativistas negros sentiram-se igualmente responsáveis pelo reordenamento democrático, ao mesmo tempo em que a definição dos parâmetros da luta racial passou por sua especificidade étnica e pelo avanço político vivido pela sociedade civil.

Considera-se que o movimento negro contemporâneo, depois de um hiato, ressurgiu a partir da fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – denominação depois modificada para Movimento Negro Unificado (MNU) –, em 18 de junho de 1978, justamente no crepúsculo do período autoritário da vida política brasileira. O renascimento do movimento tem sido associado à formação de um segmento ascendente e escolarizado da população negra que, por motivos raciais, sentiu na pele as barreiras que dificultavam, se não frustravam, o seu projeto de crescimento no padrão de renda e de progresso social. A isso deve ser acrescentado o impacto de novas configurações no cenário internacional,

que serviam como fonte de inspiração ideológica: o movimento black power, a campanha pelos direitos civis nos Estados Unidos e as lutas de libertação nacional na África, especialmente nas colônias portuguesas (Nascimento, 1989; Andrews, 1991; Andrade, 2016).

Faz-se necessário rever essa interpretação tradicional a respeito da trajetória do movimento negro no período da ditatura. O MNU não surgiu num vazio histórico, no que diz respeito às experiências de mobilização racial, e tampouco nasceu por geração espontânea. Antes dele, diversos ativistas e agrupamentos em São Paulo labutavam em defesa dos direitos e da cidadania negra. "Se concentrarmos a nossa atenção exclusivamente na resistência declarada", enfatiza Scott, "dificilmente estaremos em condições de compreender o processo de germinação de novas forças e exigências políticas antes de estas irromperem em cena". Cada uma das "formas de resistência disfarçada, ou infrapolítica, é uma companheira silenciosa de um modelo vociferante de resistência política". Aliás, quando os instrumentos cívicos da vida política institucionalizada são restringidos ou proscritos, as formas de resistência disfarcada subsistem e constituem os mecanismos de defesa basilares dos subordinados (Scott, 2013, p. 272-273; 275). Isso significa que devemos relativizar a concepção do MNU como marco zero do movimento negro contemporâneo. Sua existência, como uma frente que buscava catalisar a luta antirracista, foi antes resultado de um acúmulo de forcas e experiências político-culturais negras que atuaram no seio da ditatura, resistindo de maneira velada ou não à famigerada ideologia da democracia racial.

Essa interpretação superlativa do papel do MNU na história do movimento negro contemporâneo deve-se, em parte, à ausência de pesquisas aprofundadas sobre o ativismo negro – com sua agenda, estratégias de luta, projetos de inclusão, repertórios discursivos – no período do regime militar. Uma dessas experiências de ativismo negligenciada pela pesquisa acadêmica é a do Grupo de Profissionais Liberais e Universitários Negros, cuja história só agora está saindo do limbo.<sup>28</sup>

O GTPLUN dedicou boa parte de seus esforços a campanhas de assistência à comunidade negra, incentivando a profissionalização, mormente de jovens. Na verdade, o grupo desenvolveu uma política racial centrada na capacitação técnica de seu público-alvo. A partir de uma

<sup>28</sup> Uma exceção é a recente tese de doutorado de Rafael Trapp, que reserva um tópico do segundo capítulo, "Movimentos e contextos", para discutir aspectos da trajetória do GTPLUN (Trapp, 2018, p. 78-87).

visão instrumental da educação, investiu na qualificação do negro para concorrer no mercado de trabalho. Com tal finalidade, oferecia, entre outras atividades, cursos de datilografia, de auxiliar de enfermagem e treinamento para futuros office-boys, caixas e escreventes. Para o grupo, o que valia era o espírito comunitário como base de ações beneficentes estruturadas, para dar ao negro possibilidade de competir em melhores condições no sistema ocupacional, condição sine qua non para garantir a sua inserção social e a conquista da verdadeira cidadania.

Simultaneamente, o GTPLUN procurou (re)conectar-se às raízes históricas e culturais do outro lado do Atlântico. A recuperação da ancestralidade africana tinha o objetivo de (re)descobrir e celebrar o que ela criou, preservou e herdou em termos de compreensão do mundo, "costumes em comum", repertório cultural, universo simbólico, projetos emancipatórios, experiências estéticas e percepções geopolíticas dos diferentes grupos étnicos que compuseram a história da presença negra no Brasil.

Toda a luta dos membros do grupo tinha como objetivo precípuo assegurar a plena participação das pessoas negras na vida nacional, a sua integração com outros segmentos populacionais, a sua colocação no sistema produtivo em pé de igualdade com o restante dos cidadãos brasileiros. Era, acima de tudo, um clamor afro-diaspórico de quem desejava e se sentia no direito de ser aceito pela comunidade imaginada, sem abrir mão da revalorização do passado africano; de quem almejava o reconhecimento social; de quem queria pertencer a um grupo específico, positivando uma identidade negra ou, antes, afro-brasileira, à medida que se articulava com os valores cívicos, de uma identidade nacional.

#### **Fontes**

Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp). Deops Fundação Biblioteca Nacional Hemeroteca Digital Jornegro, Realidade, O Saci

### Referências

- ALBERTO, Paulina L. Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2011.
- ANDRADE, Luiz Fernando Costa de. O movimento negro e a cultura política no Brasil (1978-1988): o caso de São Paulo. 2016. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.
- ANDREWS, George R. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). Bauru, SP: Edusc, 1998.
- Black political mobilization in Brazil, 1975-1990. In: ANDREWS, George R.; CHAPMAN, Herrick (org.). The social construction of democracy, 1870-1990. New York University Press: New York, 1995. p. 218-240.
- Paulo (1888-1988). Estudos Afro-Asiáticos,
  Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-48, 1991.
- BORGES, Nilson de. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge Ferreira; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. Textos para o movimento negro. São Paulo: Edicon, 1992.
- HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 146-148.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- KENNEDY, James H. Political liberalization, black consciousness, and recent afro-bra-

- zilian literature. Phylon, Atlanta, v. 47, n. 3, p. 199-209, 1986.
- KOSSLING, Karin Sant'Anna. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983). In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (org.). Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 287-307.
- As lutas antirracistas de afro-descendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983). 2007. 273 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LEITE, José Correia. ... E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos. Organizado por Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LIMA, Lucas Pedretti. Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018.
- MITCHELL, Michael. Blacks and the Abertura Democrática. In: FONTAINE, Pierre-Michel. Race, class and power in Brazil. Los Angeles: Center for Afro-American Studies; UCLA, 1985, p. 95-119.
- MOORE, Zelbert L. Out of the shadows: Black and Brown struggles for recognition and dignity in Brazil, 1964-1985. Journal of Black Studies, v. 19, n. 4, p. 394-410, 1989.
- NASCIMENTO, Maria Ercília do. A estratégia da desigualdade: o movimento negro dos anos 70. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Kimberly F. Jones. The politics of culture or the culture of politics: afro-brazilian mobilization, 1920-1968. Journal of Third Word Studies, v. 20, n. 1, p. 103-120, 2003.
- OLIVEIRA, Eduardo de. A cólera dos generosos: retrato da luta do negro para o negro. São Paulo: Sonda; Meca, 1988.

- PEREIRA, Amilcar Araujo. O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Aspectos do comportamento político do negro em São Paulo. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 34, n. 10, p. 1.286-1.294, 1982a.
- Parâmetros ideológicos do projeto político de negros em São Paulo: um ensaio da antropologia política. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 24, p. 53-61, 1982b.
- PINTO, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.
- REEVER, Richard Penn. Race and social mobility in a Brazilian industrial town. Luso-Brazilian Review, v. 14, n. 2, p. 236-253, 1977.
- RIOS, Flavia Mateus. Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. 2014. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Movimento negroe Estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1983-1987). São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007.
- SCOTT, James. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SILVA, Joana Maria Ferreira da. Centro de Cultura e Arte Negra – Cecan. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- SKIDMORE, Thomas E. O Brasil visto de fora. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.
- TRAPP, Rafael Petry. O elefante negro: Eduardo de Oliveira e Oliveira, raça e pensamento social no Brasil (São Paulo, década de 1970). 2018. 282 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2018.

Recebido em 30/4/2019 Aprovado em 29/11/2019